

# O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO NA PRÁTICA DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL: O CASO DO ESPAÇO MEMÓRIA DA JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO

**Diego Salcedo**

Professor na Graduação e Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal de Pernambuco.  
e-mail: salcedo.da@gmail.com

**Igor Pires Lima**

Bibliotecário no Espaço Virtual de Memória do Tribunal Federal da Quinta Região.  
e-mail: igorpires@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho trata de uma pesquisa e relato de caso sobre o papel do bibliotecário na prática de preservação da Memória Institucional. Foi feita uma revisão na literatura mais recente acerca dos conceitos de memória e memória institucional, como também sobre a memória no ambiente virtual e a visão do judiciário sobre o assunto. Em seguida fez-se uma revisão de literatura ressaltando as competências informacionais do profissional bibliotecário e, por fim, relata-se o caso do Espaço Memória da Justiça Federal de Pernambuco. Conclui que o bibliotecário tem um papel crucial na gestão de espaços memoriais.

**Palavras-chave:** Bibliotecário. Memória Institucional. Preservação Digital.



## 1 INTRODUÇÃO

Diante da característica da realidade contemporânea, na qual predomina o passageiro, o efêmero, o descartável, o esquecimento, é possível identificar um momento em que predomina pouco tempo para pausas, para reflexões e para resgates. Apesar disso, ou talvez por isso mesmo, tem-se visto cada vez mais, e de certa forma contraditoriamente, uma busca ansiosa pelo resgate do tempo passado, uma tentativa de se agarrar em alguma coisa que permaneça e que gere uma construção de identidade.

Nesse contexto não só as pessoas, mas também as instituições fazem parte da construção da realidade social e o trabalho de resgate das memórias pode agregar conhecimento útil para o entendimento da história coletiva dessa realidade. Quando se fala na prática de resgate da memória o profissional Bibliotecário tem aptidão para exercê-la, visto que a essência do seu trabalho é justamente o resgate, a seleção, a organização e a disseminação de informações, tudo o que é preciso para preservar e manter viva a memória, no caso do foco deste artigo, a memória institucional.

Olhando um pouco para o estudo da memória institucional identificam-se, desde a década de 70 do século passado, ações visando o fortalecimento de práticas e debates teóricos a respeito da memória institucional tanto no Brasil quanto no cenário internacional. Vários estudos foram desenvolvidos a partir dessa época e se começou a entender que durante a vida

de uma instituição são produzidos vários documentos e várias informações, em diversos e distintos suportes, e que essas informações reunidas e organizadas ajudam a traçar uma ideia do que foi e é a própria instituição e o que ela significa para quem está dentro e fora dela.

Quando lembra o ser humano traz à tona um passado que estava guardado em algum lugar e, por algum estímulo específico, consciente ou inconscientemente, recupera ou se aproxima de um presente revivido. Por sua vez, dentro das instituições, um dos espaços que se dedicam ao trabalho de resgate, organização e divulgação da memória são os centros de memória ou centros memoriais. Mais presentes na esfera pública do que no setor privado, esses espaços estabelecidos gerenciam os documentos e as informações que possam ser significativos para compor o panorama histórico que traduza a vida da organização.

A partir de um olhar tecnológico e comunicacional não é possível ignorar as transformações sociais, econômicas e culturais vigentes na contemporaneidade, em que pesem as características de radicalização, globalização e temporalidade. A barreira do tempo-espaço da comunicação foi abalada mudando as relações humanas. Um dos pontos positivos disso é o aumento na possibilidade de divulgação e comunicação das instituições com o público interno e externo. É no uso dessas ferramentas que fica configurado o poder da memória institucional na criação da identidade da organização.

Vale observar que mencionar a memória institucional é nomear práticas, modelos e processos de preservação de documentos, das informações registradas e, por conseguinte, da possibilidade de atuação profissional do Bibliotecário, bem como da área de Biblioteconomia. Justamente, nessa área, existe um tipo de formação que permite o debate sobre os fenômenos informacionais e na sua seleção, organização, preservação e disseminação.

Dito isso, o objetivo do artigo é debater e explorar o papel do Bibliotecário no resgate e preservação da memória institucional? A pergunta não parece ser tão difícil de ser respondida, mas, sabemos que a Biblioteconomia é uma área que costuma se envolver em trabalhos interdisciplinares e que quando se trata de preservar a informação, inclusive em meio virtual, a biblioteca se apresenta como um lugar ideal. Portanto o Bibliotecário pode, sem dúvida, contribuir com uma organização que está interessada em preservar e divulgar a sua memória institucional.

Do ponto de vista metodológico trata de um estudo exploratório com revisão de literatura especializada de áreas como História, Biblioteconomia, Ciência da Informação e Cognição, recuperadas pela Base de Dados Referencial em Ciência da Informação (BRAPCI), contemplando artigos científicos e livros. Ainda, articula a revisão teórica com um “estudo de caso” (LAVILLE; DIONNE, 1999) realizado no Espaço Memória da Justiça Federal em

Pernambuco (JFPE), no qual tem passado por constantes reformas na gestão documental tanto física quanto digital desde meados de 2006.

## 2 A PERSISTÊNCIA DA MEMÓRIA

Certos acontecimentos acometem as pessoas. No decorrer do tempo eles podem ser lembrados ou esquecidos. É no processo da relação entre a lembrança e o esquecimento que cabe situar a memória. Do ponto de vista etimológico o termo memória origina-se do grego "*mnemis*" e também se refere a deusa "*Mnemosýne*" ou do latim "memoria". Nos dois casos o significado é de conservação de uma lembrança.

Esse processo de resgatar acontecimentos e momentos passados, de acessar ou até reviver sensações e sentimentos antigos ou ainda a necessidade que temos de lembrar dos afazeres diários tem um grande significado na vida das pessoas há muito tempo. Nós podemos nos perguntar por que nos esquecemos, mas podemos perceber por experiência própria que o nosso cérebro só pode dar conta de uma parte daquilo que nos chega e, por isso mesmo, é preciso selecionar parte dessas coisas para guardar com mais cuidado. Como nos lembra Izquierdo (2010, p. 24) "em boa parte esquecemos para podermos pensar, e esquecemos para não ficarmos loucos. Esquecemos para podermos conviver e sobreviver". Vemos aí o quanto também é saudável o esquecimento.

Apesar de o esquecimento ser um elemento intrínseco à memória não podemos deixar de observar que ela tem certamente também um impulso de guardar o que selecionamos como relevante do passado e como cita Le Goff (2003, p. 419) "a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou o que ele representa como passadas".

O mesmo autor fala em alguns tipos de memória classificadas a partir de suas durações como memória de curta ou longa duração. A memória de curta duração ou memória de trabalho como nos fala Izquierdo (2010, p. 26) é a que "usamos para entender a realidade que nos cerca, e poder efetivamente formar ou evocar outras formas de memória" é uma memória que resiste apenas poucas horas. Esse é um tipo de memória que usamos a todo momento na vida prática para ler, para gravar um número de telefone ou para estabelecermos uma conversa com alguém. A memória de longa duração é formada a partir de memórias curtas que persistem por dias meses ou anos. Essas ficam guardadas e surgem muitas vezes espontaneamente em momentos que, por associação, lembramo-nos delas.

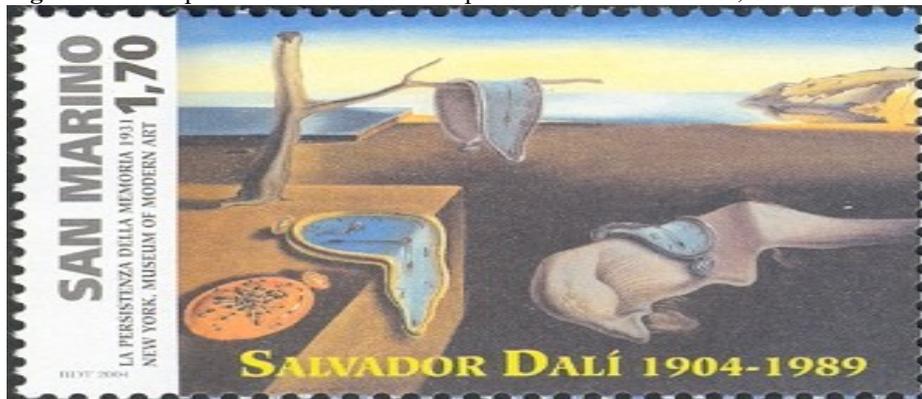
Podemos observar o quanto é importante essas trocas de informações e vemos que é “através das interações e trocas que os indivíduos constroem e transformam suas histórias e realidades, produzindo novas formas de aprendizagem e acessos interativos” (FACCIO, 2014, informação eletrônica). Vemos assim que as interações entre as memórias dos indivíduos contribuem para a construção da memória de um povo. Dessa forma podemos perceber que a informação, portanto, é um elemento essencial no contexto da história dos registros.

Por sua vez Barreto (1994, p.01) afirma que

a informação sintoniza o mundo. Como onda ou partícula, participa na evolução e da revolução do homem em direção à sua história. Como elemento organizador, a informação referencia o homem ao seu destino; mesmo antes de seu nascimento, através de sua identidade genética, e durante sua existência pela sua competência em elaborar a informação para estabelecer a sua odisséia individual no espaço e no tempo.

O artista catalão Salvador Dalí em uma de suas mais conhecidas pinturas, o quadro *La persistencia de la memoria* retrata um momento onde a memória aparece fortemente em forma de lembrança, no caso na lembrança de sua companheira que havia se ausentado e de sua cidade natal.

**Figura 1** – Selo postal de San Marino: “A persistência da memória”, Salvador Dalí



**Fonte:** Imagem obtida do banco de: Schilderijen op postzegels, paintings on stamp (2018)

No quadro vemos de forma onírica uma representação da fluidez da passagem do tempo e do impacto que as lembranças e memória, no caso afetivas, causam em nós, conforme Figura 1. Ainda aparece no quadro referência a paisagem de Porto Lligat a cidade que o artista passou a infância. Essa obra é uma expressão da recuperação de memórias recentes e antigas e que através da arte são resgatadas e trazidas à vida.

O lado afetivo e pessoal da memória é outro aspecto que podemos observar nesse contexto. Esse é um tipo de memória que todos tivemos em todos os tempos e que carregamos conosco por toda vida. Normalmente não temos tanto controle sobre ela e nos sentimos muitas vezes arrebatados por lembranças que nós nem lembrávamos que tínhamos.

Izquierdo (2010, p. 42) sugere que “gravamos melhor, e temos muito menos tendência a esquecer as memórias de alto conteúdo emocional”. Esse caráter afetivo faz com que a memória fique marcada com mais firmeza seja de forma mais negativa seja positiva dependendo da ocasião. As memórias são responsáveis por nos imaginarmos a ser quem somos e nos identificar com o mundo ao nosso redor.

Como vimos cada indivíduo carrega em si a sua história particular e suas memórias, porém como vivemos num mesmo momento histórico ou numa mesma sociedade, naturalmente essas memórias individuais também dizem respeito ao contexto social em que vivemos e assim fazem parte de uma memória que é construída por todos ou uma memória coletiva.

Para Halbwachs (2006, p. 69) “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Então esse conjunto de pontos de vista sobre vivências comuns, apesar de serem individuais, colaboram para que se possa resgatar uma memória comum a todos. O mesmo autor argumenta que “é impossível conceber o problema da recordação e da localização das lembranças quando não se toma como ponto de referência os contextos sociais reais que servem de baliza à essa reconstrução que chamamos memória” (HALBWACHS, 2006, p. 8).

A memória além do caráter coletivo pode ser entendida como uma construção social que, portanto, gera uma noção de identidade entre os indivíduos. Pollak (1992 *apud* BARBOSA, 2013, p. 10) evidencia que

a memória em todos os níveis é um fenômeno construído social e individualmente e que, por isso, tem ligação direta com o sentimento de identidade. Esse processo de construção, que pode ser consciente ou inconsciente, ocorre em função das preocupações pessoais e políticas do momento.

Assim, uma pessoa cresce ouvindo e aprendendo sobre memórias que não são suas, construídas e registradas por outras pessoas em outros momentos, mas que se apropria delas num processo de identificação e, então, passa a relacionar-se com essas lembranças. Nesse sentido, é possível tratar sobre a questão da memória das instituições como fazendo parte de uma memória que é coletiva e construída dentro de um contexto social.

A história das instituições se mistura com a história das pessoas que participam dela direta ou indiretamente. No caso de uma instituição pública muitas são as pessoas que participam desta interação (interagentes, se for considerado o momento atual), e essas memórias institucionais se misturam com a história da própria sociedade a qual está inserida. Enfim, as práticas de resgate da memória institucional fazem parte do resgate de uma memória que pertence a todos, talvez, no sentido universal do termo humanidade.

### 3 MEMÓRIA INSTITUCIONAL: PANORAMA TEÓRICO

Como foi visto a memória, de uma forma geral, é um aspecto muito importante das nossas vidas, contribuindo na construção de nossas relações com as pessoas e com o mundo. Isso se dá em vários níveis, tanto como uma construção individual, que traz nossas experiências próprias e contribui, além de outras coisas, para nos reconhecermos como somos, como também uma construção coletiva que pertence a todos ao mesmo tempo.

Nesse sentido a memória das instituições públicas de um país, faz parte da memória coletiva daquela sociedade. Assim como as pessoas, as instituições também têm uma história para contar, têm um nascimento no tempo e uma vida percorrida. Só que a sua memória tem um caráter mais coletivo, pois sua história e sua função social se misturam com a história da sociedade a qual está inserida. Por tanto, logo percebemos que as instituições, assim como as pessoas, possuem memórias que podem ser resgatadas, o que poderia ajudar a compreendê-las melhor em seus contextos históricos.

A palavra instituição pode ser usada de forma muito ampla como, por exemplo, quando falamos em família, igreja, as instituições educacionais, instituições econômicas etc. Porém, no presente trabalho, vamos usar a palavra instituição com um sentido mais próximo de organização. As palavras instituição e organização vão ser usadas nesse trabalho, portanto, como sinônimas, apesar de alguns autores atribuírem diferenças conceituais entre as duas. No caso vamos nos ater a instituição pública que exerce uma função de utilidade para sociedade.

Barbosa (2011, p. 3) lembra que “as organizações ocupam um espaço significativo na sociedade atual, influenciando e interferindo em vários aspectos da vida dos indivíduos”. A autora ainda fala da complexidade que constitui as instituições e que, portanto, “torna-se essencial, então, compreendê-las como produtoras de significado, repletas de nuances simultaneamente complementares e antagônicas”.

Ainda, de acordo com Barbosa (2011, p. 3), “as organizações devem ser percebidas como estruturas complexas, auto-organizadas, que se constroem ‘mediante a interação entre atores, contexto interno e contexto externo’”. Esse tipo de memória, em que pese sua classificação tipológica para fins didáticos e teóricos, segundo afirma Barbosa (2010, p. 11), consiste numa “(re)construção de fatos e acontecimentos significativos da trajetória e das experiências da organização, selecionados e (re) organizados com o objetivo de estimular o processo de (re)construção de uma identidade comum”.

A memória institucional é constituída através de outras memórias, uma delas é a memória social, que se origina nas atuações e representações coletivas da memória de uma

sociedade ou de um grupo. Tem por objetivo rememorar a história de uma instituição, a partir de seu passado. Portanto, o papel da memória institucional é construir o futuro, por meio do passado onde possam ser identificados elementos da cultura e da identidade da instituição, possibilitando ainda a compreensão dos fatos ocorridos. Nesse contexto podemos reafirmar a importância das instituições cuidarem da memória institucional, promovendo a salvaguarda dos seus acervos históricos, bem como a organização e disseminação dos mesmos.

Costa (1997, p. 32) aborda a construção do conceito de memória institucional procurando identificar os elementos conceituais que auxiliam no processo de institucionalização:

a construção do conceito de memória institucional busca identificar os elementos conceituais que atuam no processo de institucionalização das relações sociais. Isto porque, para compreendermos as relações entre memória e instituição é necessário uma articulação com a noção de sociedade/socialização, vista [...] como um processo que indica o conjunto das experiências que formam/conformam a identidade política e social dos indivíduos, bem como a imagem que têm de si mesmos e do outro.

Ainda, Costa (1997), explana ainda sobre os principais conceitos que circundam a memória institucional, tais conceitos podem ser internos e externos à instituição, como pode ser observado na Figura 2 a seguir.

**Figura 2** - Principais conceitos da memória institucional



Fonte: Imagem obtida em Costa (1997, p. 47)

O esquema acima pode ser entendido da seguinte forma: o círculo central representando a memória institucional, os círculos ao redor os conceitos e as relações entre os próprios conceitos. O interesse por esse processo de estudo, resgate e preservação da memória institucional ganhou força a partir da década de 1970, período de grandes transformações pelo mundo tanto comportamentais como sociais onde se propôs ser uma mudança de visão em várias áreas graças aos processos de democratização, lutas pelos direitos humanos e fortalecimento da sociedade civil.

Esses fatos logo refletiram no ambiente das instituições que passaram a sentir uma pressão das pessoas que estavam mais conscientes dos seus direitos graças ao aumento do acesso às informações. É justamente nesse momento que surge um movimento mundial que buscava estudar a importância de preservar a história das instituições. Apesar do crescimento desses estudos nas últimas décadas do século passado houve uma contínua evolução do conceito de memória no ambiente das organizações, com os primeiros trabalhos sobre o assunto surgindo no início do século passado. Uma vez exposta a breve literatura sobre a memória social e institucional, será dada continuidade no debate a respeito do objeto de memória no ambiente virtual.

### 3.1 A MEMÓRIA INSTITUCIONAL NO AMBIENTE VIRTUAL

O processo de globalização de processos econômicos influenciou, mas, também, foi influenciado pelo advento de novas tecnologias de informação e comunicação (TICs). O rompimento da fronteira do aqui e agora, a comunicação em tempo real feita a partir de qualquer lugar, que ficaram mais evidentes nos últimos anos, trouxe consideráveis transformações.

as inúmeras transformações pelas quais o mundo passou no último século modificaram mais as suas configurações, processos e estruturas neste período do que em qualquer outra época da história humana. Como consequência, a sociedade vem experimentando uma verdadeira revolução em seus costumes de consumo e de participação social (DRUKER, 1999 *apud* BARBOSA, 2011, p. 1).

Com os avanços nas tecnologias de comunicação veio uma explosão de informação que as vezes nos confunde. Todas essas transformações nos fazem pensar sobre o que fazer diante de tanta informação. Como guardar essas informações é uma pergunta que nos fazemos cada vez mais. Nesse sentido a preservação da memória em ambiente virtual pode ser uma alternativa para essa situação.

Como a memória humana ou memória biológica tem uma capacidade limitada de armazenar e recuperar as informações, então se vê nessas novas tecnologias um grande potencial para guardar o máximo de informações possíveis criando sistemas supereficientes na recuperação dessas informações. “A pretensão parece ser a de instituir instrumento de auxílio, os quais possam ampliar as possibilidades de armazenamento de informação, pois a humana, memória biológica é restrita” (LISBOA, 2011, p. 864). Assim esses instrumentos auxiliares funcionariam como uma extensão do nosso próprio corpo.

Uma das alternativas para se promover a seleção e preservação de informações pertinentes à memória das instituições é a criação de sites, blogs ou outros endereços

eletrônicos que servem como um local de guarda como também servem como caminho para a disseminação do conteúdo selecionado completando o processo de preservação. Assim, aquelas memórias que estavam guardadas ou esquecidas, ou seja, parte da história da instituição, podem ser compartilhadas com a sociedade.

Ades (2011, p.03), por exemplo, sugere que

a presença de uma rede virtual de comunicação permite que as informações a respeito da história da instituição possam ser acessadas com facilidade, por múltiplas vezes e em toda a sua extensão e facilita ao usuário a obtenção dos materiais necessários para análises, pesquisas e exposições.

Ainda falando na importância desse espaço virtual de comunicação de suas memórias vemos que as instituições

produzem ao longo de sua trajetória uma vasta quantidade de documentos fundamentais para a preservação da Memória Institucional. Essas informações, encontradas em diversos suportes, devem ser reunidas, fazendo-se mais do que necessário a concentração destes acervos, armazenados e organizados corretamente com a finalidade de estarem disponíveis para consulta porque retratam não só as atividades de uma instituição, mas a época em que está inserida, o tempo e o espaço que ocupa na sociedade, facilitando-se assim o entendimento da instituição como um todo. (RUEDA; FREITAS; VALLS, 2011, p. 78).

No entanto alguns autores falam que no ciberespaço também há esquecimento e que o resultado de uma determinada pesquisa ainda é a seleção de informações que deixa de fora outras tantas que nós não vemos.

Para Monteiro e Carelli (2008, p. 12):

na sociedade digital, sobretudo no Ciberespaço, o esquecimento é uma constante (como na memória biológica), pois nesse meio não há garantias de preservação. O esquecimento é inerente ao Ciberespaço, se levarmos em conta que a “retirada” de documentos antes disponíveis na rede, a Web invisível e a desterritorialização dos signos implicam em esquecimento. Nesse sentido, podemos perceber que o esquecimento afeta, de maneira mais sutil, a sociedade escrita que as demais. O esquecimento, entre outras características, aproxima a sociedade oral da sociedade digital.

A preservação da memória institucional no ciberespaço tem um potencial ainda mais amplo do que no ambiente físico dos memoriais e centros de memória, pois o alcance é global, através da rede mundial de computadores, e o contato com o público externo e pesquisadores fica mais próximo já que distâncias e o tempo são praticamente eliminados graças ao poder das tecnologias da comunicação.

### 3.2 INSTITUIÇÕES MEMORIAIS

No caso das instituições de memória o lugar de preservação é um ambiente físico onde se pode contemplar os documentos impressos e outras informações patrimoniais referentes à instituição. A informação patrimonial é representada nos vários suportes de memória mais conhecidos como monumentos e documentos, pois “o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação” (LE GOFF, 2003, p. 526).

Esses espaços de memória diferem da memória no ambiente virtual, no qual as informações registradas em diversos e distintos suportes são apresentadas em formato digital. Segundo Fontanelli (2005, p. 14) “o centro de memória, na maioria das vezes, é criado com a finalidade de preservar, organizar, disponibilizar e divulgar informações e documentos relativos à vida da instituição que os mantém”.

Esses espaços são dinâmicos e trazem uma diversidade de linguagens que são abordadas na construção das exposições. Eles podem ocupar vários tipos de lugares e muitas vezes se diferenciam da visão tradicional que se tem de museus como lugares estáticos e formais. Essa visão mais contemporânea contribui sem dúvida para estimular o público a frequentar o espaço e assim se identificar e se apropriar da história da instituição.

Nas pesquisas realizadas não foram encontradas muitas definições de centro de memória. Uma das encontradas e que ajuda a compor essa definição é de Totini e Gagete (2004, p. 124 apud FONTANELLI, 2005, p. 83) que definem centro de memória como

setores responsáveis pela definição e aplicação de uma política sistemática de resgate, avaliação, tratamento técnico e divulgação de acervos e, principalmente, pelos serviços de disseminação do conhecimento acumulado pela empresa e de fontes de interesse histórico [...] além de garantir a manutenção racional e sucessiva de conhecimento produzido cotidianamente, sem acúmulo desnecessário, perda ou dispersão de documentos que expressam a evolução da empresa e fundamentam a formação de sua cultura, seus valores e seu capital intelectual.

No manual “Centros de memória: manual básico para implantação” de 2013, produzido pelo Itaú Cultural, os centros de memória são definidos como:

uma área de uma instituição cujo objetivo é reunir, organizar, identificar, conservar e produzir conteúdo e disseminar a documentação histórica para os públicos interno e externo. Ecoando os valores das instituições, os CMS [Centros de Memória] geram produtos e serviços, dialogando com o campo da gestão do conhecimento, da comunicação e da cultura organizacional (ITAÚ CULTURAL, 2013, p. 12).

Podemos ver o quanto é importante que existam esses espaços como lugar de preservação para as memórias das instituições. Devemos lembrar que muitas instituições trabalham simultaneamente com espaços de memória físicos e virtuais, pois um completa o outro. O patrimônio e os documentos associados às informações digitais fazem expandir os conteúdos de memória já que o ambiente virtual comporta uma enorme quantidade de informação, trazendo um conjunto de informações mais completo sobre a instituição.

### 3.3 MEMÓRIA INSTITUCIONAL: A VISÃO DO PODER JUDICIÁRIO

Como o caso a ser observado no presente trabalho se situa numa instituição que faz parte do poder judiciário vamos falar um pouco da memória institucional no âmbito desse poder no caso representado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O CNJ possui o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (PRONAME) que teve suas bases lançadas em dezembro de 2008 e tem como principal objetivo implantar uma política nacional de gestão documental e de preservação da memória dos diversos órgãos do judiciário brasileiro.

Em 2011 foi lançado pelo CNJ o Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário com o intuito de propor

a compilação dos diversos instrumentos de gestão instituídos pelo Proname, explicitando a sua utilização e servindo como material de consulta e de orientação para os servidores e colaboradores das instituições do Judiciário no planejamento, na implementação e na manutenção do programa de gestão documental (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2011, p. 05).

No manual eles apresentam a fundamentação legal para as atividades de gestão documental como o Art. 216 da Constituição Federal de 1988, a Lei n. 8.159/1991, A Resolução n. 26, de 06 de Maio de 2008, do Conarq e a Recomendação n. 37, de 15 de agosto de 2011 do CNJ. Os documentos gerados pelo poder judiciário são vistos como patrimônio público, tanto no sentido administrativo quanto do ponto de vista cultural. Por tantos compõem parte da história das instituições jurídicas que por serem públicas pertencem a todos. Nesse sentido, a preservação e a gestão desses documentos, bem como das informações ali registradas, podem ajudar na reconstrução de parte de uma memória que é comum à todos.

Não importando o suporte sobre o qual está registrado o conteúdo que faz juz às atividades e processos documentais do setor jurídico é, então, sua função considerar a gestão documental enquanto técnica e processo de produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento desses documentos institucionalmente produzidos e utilizados.

No manual está explícita a importância que se dá à facilitação do acesso às informações e a guarda-conservação dos documentos, os quais sem acesso teriam sua utilidade eliminada. Também é colocado que a preservação dos documentos, além de ser importante para a própria instituição, tem um papel fundamental em âmbito mais amplo, o qual é o do direito coletivo à memória, ou seja, à memória social. Sob esse aspecto, devem ser conservados e organizados de forma que possibilitem a pesquisa histórica.

#### 4 O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Quando se fala na criação de um espaço para a preservação da memória de uma instituição, está se falando em cuidar de tudo que possa vir a ajudar a contar a história da mesma, que podem ser objetos históricos, documentos importantes, informações coletadas de formas diversas entre outras coisas. Quanto ao papel do bibliotecário na preservação dessa memória, podemos resumir dizendo que ele trabalha com informações passadas, porém atuando no presente e com uma visão de construção de futuro, sendo assim uma atividade de rememoração e criação ao mesmo tempo.

Assim podemos ver que, como sustenta Fontanelli (2005), um centro de memória também pode e deve ser visto como um serviço de informação, portanto a presença do profissional da informação será imprescindível para que boa parte das atividades necessárias para a constituição e manutenção do centro seja realizada.

A seleção das informações é outro ponto muito importante na prática da preservação da memória, é preciso absorver as características particulares da instituição e separar os aspectos, acontecimentos e detalhes pertinentes a sua história. Pode ser interessante criar uma equipe interdisciplinar e servidores mais antigos, a fim de que a seleção seja a mais rica possível.

No tocante à atuação do profissional da informação em um espaço de preservação da memória, seja ele físico ou virtual, ela está pautada para além do guardar e cuidar dos documentos, como no caso dos centros de documentação:

pode-se afirmar que, ao menos parcialmente, centro de memória e centro de documentação se assemelham, uma vez que ambos acumulam documentos e se preocupam com a gestão das informações para a geração de novos conhecimentos. Acontece, porém, que a função dos documentos no acervo de um centro de memória é diferente. O foco dos profissionais responsáveis por seu gerenciamento, via de regra, está no coletar, preservar, organizar e disponibilizar documentos relacionados especificamente à história da instituição e com os quais seja possível reconstituir sua memória. (FONTANELLI, 2005, p. 85)

[...]

o profissional da informação será aquele que domina as técnicas tanto de preservação, como de organização, disponibilização e recuperação da informação. No entanto, seu trabalho sofrerá, com frequência, as influências da própria cultura da organização. Por isso deverá estar consciente de que sua interferência no tratamento da informação não é neutra. (FONTANELLI, 2005, p.95).

Pensando dessa forma, vemos que o bibliotecário tem um papel crucial no processo de construção, apresentação e atualização de um espaço que se destine a preservação da memória institucional, seja ele físico ou virtual.

#### 4.1 O CASO DO ESPAÇO MEMÓRIA DA JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO

Depois de termos observado a questão do resgate do passado, dos espaços memoriais, da importância da preservação da memória institucional, inclusive no meio virtual e a atuação do bibliotecário nesse contexto, iremos agora mostrar um caso em que foi possível a concretização dessas teorias na prática, através do relato da experiência vivida no desenvolvimento das atividades de pesquisa, organização, registro e disseminação da memória institucional da Justiça Federal em Pernambuco (JFPE).

Iremos ver o que é e quando surgiu o Espaço Memória da Justiça Federal em Pernambuco, tanto o Espaço memorial físico como o Espaço Memória Virtual, e os processos desenvolvidos para a preservação e disseminação da memória institucional da JFPE. Esse relato vai se concentrar mais nas atividades que envolveram a idealização e construção do Espaço Memória Virtual da JFPE.

Em 1998, através da Portaria nº 39-DF, de 12 de fevereiro do mesmo ano, foi instituída a 1ª Comissão destinada à elaboração de um projeto que favorecesse a disseminação da memória institucional da JFPE. Entre os servidores participantes dessa 1ª comissão havia a servidora Maria de Lourdes Castelo Branco de Oliveira, bibliotecária, então supervisora da Seção de Biblioteca da JFPE e que já a partir da primeira renovação da comissão, em 2002, passou a ser a coordenadora das atividades da comissão e, assim, segue até hoje. Daí já podemos começar a ver a participação de um profissional da informação em um projeto que envolve resgate, seleção, organização e disseminação da memória de uma instituição.

No ano de 2005 a Comissão da Memória da JFPE conseguiu concretizar suas ideias e pesquisas através da criação de um espaço de exposição para agregar e disseminar as informações coletadas. Foi criado assim o Espaço Memória da Justiça Federal em Pernambuco com o projeto museológico idealizado e elaborado pelo museólogo Albino Barbosa de Oliveira Júnior e teve a colaboração da historiadora Mônica Maria de Pádua Souto da Cunha que ficou com a pesquisa histórica, além do apoio constante da gestora da biblioteca Maria de Lourdes na lida com a busca de informações institucionais pertinentes, assim como na disposição das mesmas. Nessa ocasião, por sugestão do museólogo Albino Oliveira começou-se a desenvolver também o Espaço Memória no ambiente virtual, com a intenção de aprofundar as pesquisas e enriquecer os conteúdos memoriais disseminados, além de se poder manter sempre atualizadas as informações.

A inauguração do Espaço Memória da JFPE aconteceu em 11 de dezembro de 2006 e representou um marco importante para a Justiça Federal em Pernambuco e conseqüentemente

para toda Justiça Federal. O Espaço Memória conta com uma exposição permanente que mostra em sua entrada um painel horizontal expondo uma régua do tempo, na qual conta-se a história da Justiça, desde o Brasil Colônia até a Constituição de 1988. Apresenta fotos dos prédios desde sua criação, o processo de interiorização da Justiça em Pernambuco, bem como a criação dos Juizados Especiais Federais.

Vitrines expõem processos antigos de importância histórica, além de um móbil interativo, onde os visitantes interagem e lúdicamente entendem as diversas instâncias da Justiça. Há também uma mostra em reportagens de jornais apresentando os reflexos da atuação da Justiça Federal, painéis com informações sobre todas as Subseções Judiciárias e ainda um painel com as galerias dos juizes que foram Diretores do Foro. Esse primeiro Espaço ficou situado no 10º andar do Edifício-Sede da JFPE. Em 19 de março de 2015, o Espaço ganhou novo local, passando a funcionar no 1º andar do mesmo Edifício.

Em relação ao projeto de construção do Espaço Memória Virtual quem ficou à frente, coordenando, foi a Bibliotecária Maria de Lourdes. Assim percebemos o quanto é importante que um projeto como esse, tenha um profissional da informação como principal guia, lidando com as demandas informacionais que vão surgindo como a seleção das informações que serão pertinentes para compor a página virtual e como dispô-las numa arquitetura informacional que facilite e estimule a navegação do usuário.

O Espaço Memória Virtual da JFPE consiste em uma página eletrônica inserida no Portal da JFPE na WEB<sup>1</sup>. Os conteúdos sobre a memória institucional da JFPE começaram a ser inseridos sem seu Portal desde o ano de 2000, ainda sem ter uma página própria dentro do Portal, com as primeiras pesquisas, um conteúdo ainda pequeno e informações simples como a composição dos juizes e um breve histórico da Justiça no Brasil e em Pernambuco. Apenas em 2008, depois de muitas pesquisas, da ajuda de vários servidores e de muitas conversas para se mostrar a importância do projeto, o Espaço Memória Virtual passou a contar com uma página própria para disseminar e resgatar as memórias da instituição.

Desde o ano de 2013, por meio de práticas no estágio foi possível colaborar com o Espaço Memória Virtual. De início, foi feita uma pesquisa das informações referentes à memória institucional, bem como da seleção dos dados para inserção no sistema. Em outro momento o estudo de ferramentas de Web Design ajudou no processo de pensar e implementar elementos de usabilidade do site para melhor servir ao usuário. Nesse processo uma salutar relação foi construída entre a equipe e a bibliotecária responsável.

---

<sup>1</sup> PORTAL DA JUSTIÇA FEDERAL DE PERNANBUCO- JFPE. **Espaço Memória**. 2017. Disponível em: <<http://www.jfpe.jus.br/index.php/institucional/espaco-memoria.html>>

A boa relação e comunicação do profissional da informação com a equipe de TI dentro da instituição é essencial para que qualquer projeto de preservação da memória no ambiente virtual tenha sucesso. Assim como favorece bastante a esse projeto a presença de um profissional da informação que também tenha certo conhecimento da área de TI, no caso a área de web design. Vemos que em alguns casos certos projetos não conseguem ir à frente quando há ruídos nessa comunicação.

Em sua página inicial, o Espaço Memória Virtual da JFPE, traz uma apresentação falando um pouco da importância da preservação da memória institucional e depois faz um breve histórico do Espaço Memória. Há uma lista principal que fica ao lado esquerdo, composta por ícones que remetem aos links que articulam ou conectam as informações selecionadas para navegação na página. No tópico “*Histórico da Justiça*” temos um breve histórico da Justiça Federal, tanto no Brasil como em Pernambuco em particular com os links para as Leis que foram instituindo e atualizando essa história e serve para contextualizar a Justiça Federal no panorama nacional e estadual.

O tópico “*Galeria de Juizes*” traz uma pesquisa detalhada com informações dos juizes. Esse botão se divide em três links que pretendem organizar melhor todas as informações. Primeiro os juizes que estão atualmente atuando na JFPE, organizado por ordem alfabética segundo os juizes que atuaram e foram removidos, promovidos ou aposentados também em ordem alfabética e terceiro todos os juizes ordenados pelo ano de ingresso na Justiça Federal.

Em relação às informações que compõem a ficha de cada juiz, optou-se por se incluir apenas informações de caráter institucional e de formação acadêmica e profissional deles. Viu-se que não seria pertinente a inclusão de dados pessoais nem muito extensos para que não ficasse exaustiva a leitura.

A ficha basicamente se resume a formação acadêmica, atuação profissional, ingresso e atuação na Justiça Federal, períodos em que ocupou alguma função de destaque. Ainda possui um link com a página de outra pesquisa desenvolvida pela biblioteca que é a produção intelectual atualizada de cada magistrado apresentada de acordo com as normas da ABNT e com os links para visualização do inteiro teor dos trabalhos que são disponibilizados na web.

O próximo tópico “*Diretores do Foro*” também diz respeito aos magistrados e consiste num quadro simples com os nomes e os períodos dos juizes que exerceram a função de Diretor do Foro na história da JFPE. O tópico “*Servidores*” apresenta uma pesquisa, com grande colaboração do Núcleo de Gestão de Pessoas da JFPE, com os nomes e datas de posse e desligamento de todos os servidores que atuam e já atuaram na instituição, agrupados por ano de ingresso e, em cada ano, por ordem alfabética.

No tópico “*Seção/Subseções*” é apresentado o resultado de uma pesquisa detalhada das Seção Judiciária do Recife, assim como das Subseções Judiciárias da JFPE. Os municípios pernambucanos que possuem instalação da Justiça Federal, além do Recife são: Arcoverde, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Garanhuns, Goiana, Jaboatão dos Guararapes, Ouricuri, Palmares, Petrolina, Salgueiro e Serra Talhada. Cada Subseção e na Seção do Recife são disponibilizados um breve histórico do município, a sua jurisdição, a legislação e competência de cada vara a ela atrelada, além da composição de todos os juízes e diretores de secretaria que passaram por cada Vara Federal com seus períodos específicos.

No tópico “*Linha do Tempo*” encontra-se, como o nome já diz, uma linha do tempo com os fatos mais importantes do percurso da JFPE construído historicamente. Essas informações passaram por muitas avaliações para se chegar a seleção atual, pois de tantas informações fica difícil selecionar as mais pertinentes. O tópico “*Banco de Imagens*” remete a página do banco de imagens do espaço memória virtual que está hospedada numa página do *Flickr*. Esse banco de imagens sofreu certa resistência para ser construído pois remete a uma página fora do portal da JFPE. Logo se consegui mostrar a importância de tal banco e a facilidade de se usar uma tecnologia que já estava pronta e bem desenvolvida para se inserir e guardar as imagens

Na seleção das imagens se pensou em colocar apenas as mais importantes, as inaugurações das Subseções Judiciárias, cerimônias de instalação das Varas, assim como eventos e seminário de destaque. Na inserção das imagens teve-se o cuidado de se fazer uma legenda bem explicativa e clara, para que se pudesse identificar com facilidade o conteúdo delas mesmo por uma pessoa que não faça parte da instituição.

Esse banco é relevante para ilustrar imagens dos conteúdos apresentados em outras partes da página do Espaço Memória Virtual. Por último tem o tópico “*Créditos*” que mostra os créditos da equipe atual que mantém a pesquisa, a seleção dos dados, a alimentação, a página do Espaço Memória Virtual da JFPE, como também o histórico, com os componentes de todas as Comissões de Memória desde a primeira, criada em 1998.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As competências do profissional da informação, o bibliotecário, permite que suas atividades sejam exercidas em vários contextos e situações. Esse profissional precisa expressar essas competências, assumindo os desafios e indo além das funções e espaços convencionais já estabelecidos.

Nesse sentido, a partir do que foi apresentado no presente trabalho, considerado que o objetivo proposto foi alcançado, evidencia-se que sua atuação em espaços que lidam com o resgate e a disseminação das memórias de uma instituição, inclusive em ambiente virtual, é um campo amplo a ser explorado pelos bibliotecários que têm consciência da extensão de seu papel e que desejam encarar os desafios.

A memória é algo que sempre despertou a nosso interesse. Hoje percebemos mais a sua importância na construção das identidades, na construção do presente e no olhar para o futuro. O resgate das memórias das instituições é significativo ao melhor entendimento da própria história institucional, bem como para a memória coletiva ou social. Enfim, o caso tratado neste artigo indica, desde uma visão da *práxis*, de como pode atuar o profissional bibliotecário num espaço de memória, indicando seu crucial papel social e mnemônico diante da vasta e multifacetada realidade do mundo contemporâneo.

## REFERÊNCIAS

ADES, C. Preservação da memória institucional em ambiente virtual: a experiência do Centro de Memória do Instituto de Psicologia da USP. In: CONFERENCE ON TECHNOLOGY, CULTURE AND MEMORY. **Anais...** Recife, PE, 2011.

BARRETO, A. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 3-8, out./dez. 1994. Disponível em: < <https://bit.ly/2FpfXZ8>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

BARBOSA, A. Memória institucional: possibilidade de construção de significados no ambiente organizacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 9., 2013, Ouro Preto (MG). **Anais...** Ouro Preto: UFOP, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/iRzC4m>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

BARBOSA, A. Memória institucional no ambiente virtual: possibilidade de comunicação organizacional na era do instante. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 34. 2011. **Anais...** Recife, PE, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (PRONAME). **Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário**. Brasília: CNJ, 2011

COSTA, I. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórica-metodológica. Tese de Doutorado em Ciência da Informação. Rio de Janeiro, 1997.

FACCIO, C. **Como começamos**. 2014. Blog. Disponível em: < <https://bit.ly/2ramLG7>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

FARIA, K. et al. A história dos registros do conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO, E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 33., 2010, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2010.

FONTANELLI, S. **Centro de memória e ciência da informação: uma interação necessária.** 2005. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

ITAÚ CULTURAL. Centro de Memória, Documentação e Referência. **Centros de memória: manual básico para implantação.** São Paulo: Itaú Cultural, 2013.

IZQUIERDO, I. **A arte de esquecer: cérebro e memória.** Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2010.

LAVILLE, C., DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas.** Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LE GOFF, J. **História e memória.** 5.ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

LISBOA, P. Memória e arquivos digitais: outras maneiras de lembrar e esquecer. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 5, 2011, Pelotas. **Anais...** Pelotas: Editora da UFPel, 2011. p. 864-874.

MONTEIRO, S.; CARELLI, A. Ciberespaço, memória e esquecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 8, 2007, Salvador, BA. **Anais...** Bahia: UFBA, 2007.

SAN MARINO. Selo: A presença de Memória de Salvador Dalí. In: **Schilderijen op postzegels, paintings on stamps**, Holanda, 2004. (Museu arte moderna de New York). Disponível em: <[http://postzegels.pimbuwalda.nl/sel\\_postzegels\\_list.php?showmaster=sel\\_schilders&Schilde rID=747](http://postzegels.pimbuwalda.nl/sel_postzegels_list.php?showmaster=sel_schilders&Schilde rID=747)>. Acesso em: 13 maio 2017.

RUEDA, V.; FREITAS, A.; VALLS, V. Memória Institucional: uma revisão de literatura. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 78-89, abr. 2011.

***THE ROLE OF THE LIBRARIAN IN THE PRACTICE OF PRESERVATION OF THE INSTITUTIONAL MEMORY: THE CASE OF THE FEDERAL JUSTICE MEMORIAL SPACE IN PERNAMBUCO***

**Abstract:** *the present work deals with a research and case report on the role of the librarian in the practice of preserving institutional memory. A review was made in the most recent literature on the concepts of memory and institutional memory, as well as on memory in the virtual environment and the view of the judiciary on the subject. Then a literature review was carried out highlighting the informational skills of the professional librarian and, finally, the case of the Memory Space of the Federal Justice of Pernambuco is reported. It concludes that the librarian plays a crucial role in the management of memory institutions.*

**Keywords:** *Digital Preservation. Institutional Memory. Librarian.*

*Originals recebidos em: 19/02/2017*

*Aceito para publicação em: 25/05/2018*

*Publicado em: 20/10/2018*